HaBitar O nosso TeMPO

Sofia Pereira

MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

2026-2028

Recandidatura de Sofia Pereira a Secretária Geral da Juventude Socialista

ÍNDICE

1. O que somos e o que queremos ser 04

2. Visão global 08

2.1. Custo de vida

2.2. Where is my mind? Programa nacional de saúde mental

2.3. Economia, fiscalidade e ambiente

2.4. Desburocratização, inteligência artificial e reforma da justiça

2.5. Liberdade, igualdade e direitos fundamentais

3. Compromissos para habitar o nosso tempo 17

EIXO 1 Custo de vida

EIXO 2 Where is my mind? Programa nacional de saúde mental

EIXO 3 Economia, fiscalidade e ambiente

EIXO 4 Desburocratização, inteligência artificial e reforma da justiça

EIXO 5 Liberdade, igualdade e direitos fundamentais

HABITAR

Estar presente de forma constante. Implica esforço e responsabilidade, implica estar por convicção e não apenas de passagem.



PERNOITAR

Permanecer temporariamente, de forma imediata e sem grande planeamento

A POLÍTICA DEVE FAZER-SE PELO HABITAR E NÃO PELO PERNOITAR.



HaBitar o nosso TeMPO

Sofia Pereira

O QUE SOMOS

E O QUE QUEREMOS SER

Habitar o nosso tempo significa algo sincero e necessário. Diz respeito ao grande problema nacional e ao flagelo geracional que é a crise no acesso à habitação, mas não se esgota nisso. Fala também da necessidade de a política se fazer pelo habitar e não pelo pernoitar. Pernoitar é permanecer temporariamente, de forma imediata e sem grande planeamento. Vivemos uma fase da vida política, global e nacional, de «pernoitar», em que os reels, as perceções, os sentimentos intolerantes e o ódio alimentam o funcionamento das organizações e da ação política. Habitar implica estar presente de forma constante, implica esforço e responsabilidade, implica estar por convicção e não apenas de passagem.

A Juventude Socialista deve ser isso mesmo: uma organização que habita o tempo com convicções, ação permanente e capacidade de defender os seus valores e propostas, mesmo em tempos adversos. Para o conseguir, a JS precisa de uma base ideológica coerente, mas percetível e comunicável aos seus militantes e à sociedade.

> **O MOVIMENTO É TUDO, O OBJETIVO FINAL É NADA.**
>
> EDUARD BERNSTEIN

É com esta frase que Eduard Bernstein, um dos fundadores teóricos da social-democracia e do socialismo democrático que caracterizam os valores da JS, traça a separação entre a esquerda radical e nós, a esquerda democrática.

Para nós importa o que fazemos todos os dias para transformar a sociedade: as propostas, as leis, a mobilização social, os aumentos salariais, a melhoria das escolas e das universidades, o preço das rendas. Importa o movimento, e não apenas a tentativa de rutura à espera de uma revolução, de um dia específico que mudará o mundo. A JS fará a diferença na vida das pessoas diariamente e transformará a economia e os direitos sociais de forma reformista e constante. Não esperamos revoluções e não consideramos a violência uma forma legítima de atuação política. As conquistas justas alcançadas, mesmo dentro de um sistema injusto, são o mecanismo pelo qual transformamos um sistema injusto num sistema mais justo para todos os cidadãos.

O capitalismo, e a sua adaptação ao tecnofeudalismo, são sistemas económicos profundamente imperfeitos, que criam fortes tensões e desigualdades sociais. A JS compreende a sua importância em certa fase da História, mas considera que é possível à humanidade viver para além desses sistemas. Importa reformar as instituições e o sistema económico, para permitir a preservação do ambiente e um combate sério às alterações climáticas, e para dar condições materiais de vida dignas a todas as pessoas, independentemente do seu código postal.

Reforma a reforma, proposta a proposta, mobilização a mobilização: é através de pequenos passos, dados de forma incremental e constante, que se transformam as sociedades, respeitando a democracia e o seu tempo.

SOMOS HERDEIROS...

Fim do serviço militar obrigatório.

Despenalização da interrupção voluntária da gravidez e a sua consolidação como direito da mulher.

Adoção por casais do mesmo sexo.

Lei de Bases do Clima.

No entanto, vivemos um momento histórico em que a defesa e a manutenção do status quo não chegam para convencer os jovens eleitores e a restante sociedade do nosso projeto político. Temos de descobrir novos caminhos de progresso, novas conquistas, novos direitos a consolidar e novos métodos de fazer política. Esta moção pretende iniciar um caminho em que a esquerda democrática deixa de estar presa apenas à defesa do passado e passa a construir um futuro diferente, nas várias dimensões da sociedade. Orgulho em Abril, com consciência do que falta cumprir.

Queremos ser a organização que encontra soluções para tirar a social-democracia da estagnação neoliberal que a conduziu ao fracasso eleitoral. Sem esquecer as posições passadas, as propostas por implementar e todas as lutas travadas pela nossa juventude partidária até hoje, acrescentamos novas propostas e preocupações e não repetimos as do passado. Essas, os nossos militantes e a sociedade já as conhecem e sabem que as defendemos. Precisamos agora de renovação programática.

> **"ORGULHO EM ABRIL, COM CONSCIÊNCIA DO QUE FALTA CUMPRIR.**

Esta moção não é um programa de governo, nem um apanhado geral de opiniões e posições da JS e dos seus militantes. É uma linha orientadora em temas que serão decisivos para enfrentar a nossa realidade política. É um posicionamento ideológico claro, que desafia décadas de políticas socioeconómicas de terceira via e a crença dogmática em políticas neoliberais, que deixaram o país e os seus cidadãos desprotegidos e abandonados.

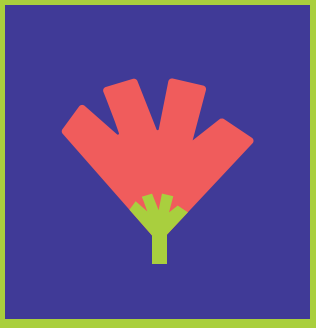
O primeiro-ministro britânico, Andy Burnham, resume bem o que deve ser o pensamento moderno da social democracia:

"

MORE CONTROL OF THE BASICS SO THAT WE CAN MAKE IT MORE FUNCTIONAL. MORE POWER IN THE HANDS OF PEOPLE AND PLACES TO SET THEIR OWN AMBITIONS. AND FROM THERE, GOOD GROWTH IN EVERY POSTCODE, HOPE IN EVERY HEART.

ANDY BURNHAM

O objetivo desta moção é responder a todos os códigos postais e chegar ao coração de todos os jovens portugueses.



HaBitar o nosso TeMPO

Sofia Pereira

VISÃO GLOBAL

Este é o momento de alinhar e preparar aquilo que será o programa e a estratégia política da Juventude Socialista para o próximo mandato. Por isso, esta moção não se debruça sobre toda e qualquer área da governação. As propostas que a JS tem defendido ao longo dos anos continuam a ser nossas e continuaremos a defendê-las. Aqui, escolhemos os eixos onde queremos concentrar a ação, o estudo e a mobilização dos próximos dois anos.

OS EIXOS PROGRAMÁTICOS DESTA MOÇÃO SÃO:

A nossa geração, a mais qualificada de sempre, enfrenta mais desafios do que nunca. É a geração que cresceu com a crise financeira de 2008, com a intervenção da troika na economia e na governação portuguesa e com o impacto de uma pandemia global. É a mesma geração que enfrenta hoje um agravamento das desigualdades, uma emergência climática galopante e uma crise no mercado da habitação que adia cada vez mais a autonomia de milhares de jovens portugueses.

EIXO 1

CUSTO DE VIDA

EIXO 2

WHERE IS MY MIND?

Programa nacional de saúde mental

EIXO 3

ECONOMIA, FISCALIDADE E AMBIENTE

EIXO 4

DESBUROCRATIZAÇÃO,

inteligência artificial e reforma da justiça

EIXO 5

LIBERDADE,

igualdade e direitos fundamentais

2.1. CUSTO DE VIDA

Há números que se discutem em relatórios e há números que se pagam. O custo de vida mede-se ao fim do mês, num talão de supermercado, num pagamento de renda, no passe de transportes, mas, também, na fatura da luz. Somos uma geração que vive hipotecada pelo medo do custo de vida, numa conta que fecha portas ao sonho e é delineada por preços, onde a pressão de viver persiste.

Quando se diz que a inflação desacelera, isso não significa que os preços descem, e, pelo contrário, estes mesmos podem subir mais devagar. A emancipação dos jovens choca hoje com uma barreira invisível nas estatísticas, mas bem real no quotidiano: a escalada dos preços da alimentação, a subida contínua dos combustíveis, a crise dramática na habitação e o recuo representado pelo descongelamento das propinas, crescendo assim a inflação em algo socialmente regressivo, pois viver uma vida digna e com oportunidades é impossível. O custo de vida também tem uma dimensão que escapa às faturas.

> "HÁ NÚMEROS QUE SE DISCUTEM EM RELATÓRIOS E HÁ NÚMEROS QUE SE PAGAM.

Este mesmo reconfigura o quotidiano de cada jovem de forma desigual, empurrando estes mesmos para uma sobrevivência feita de cortes, onde o direito ao lazer e transforma o acesso à cultura, ao desporto e à educação num luxo que poucos conseguem alcançar.

A realidade é que a crise do custo de vida hipoteca esta geração ao aprofundar as desigualdades, criando um isolamento e um individualismo cada vez maior.

Urge no tempo que se garanta o acesso efetivo a um custo de vida que traga à nossa geração condições de vida indispensáveis para a coesão democrática, em que haja uma resposta firme que combata a precariedade, e, que acima de tudo, nos devolva o horizonte independentemente do nosso código postal, pois só assim é que se consegue desenvolver o país e ter oportunidades para a juventude.

Este eixo reúne respostas concretas para aliviar o que pesa na carteira no dia a dia, a partir de uma ideia simples:

> "AS CASAS SÃO PARA HABITAR E VIVER COM DIGNIDADE NÃO PODE DEPENDER DO CÓDIGO POSTAL OU DA LOTARIA FAMILIAR.

2.2. WHERE IS MY MIND?

PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

Nunca na História o ser humano teve tantos meios de informação, de entretenimento, de comunicação e até de expressão. Isso trouxe liberdade e democratização, mas trouxe também consequências graves: na forma como nos sentimos em relação a nós próprios e ao mundo, no medo do dia de amanhã e na dificuldade permanente de encontrar estabilidade e felicidade.

A degradação da saúde mental é uma das maiores consequências da digitalização e dos algoritmos, da diminuição da socialização e da sua substituição pelo contacto digital. Estas são alterações profundas no ser humano e no funcionamento das organizações, e Portugal tem de ambicionar responder-lhes. Um Serviço Nacional de Saúde capaz e reforçado na área da saúde mental é essencial na prevenção e no tratamento dos casos mais graves. Mas só a prevenção regular e o combate às causas podem construir uma sociedade saudável e feliz.

As universidades, as escolas e as empresas precisam de aprender o valor do tempo, da separação entre o dever e o lazer, entre o trabalho e o descanso. Precisamos de tempo para viver e para processar toda a informação que recebemos. Habitar o nosso tempo é cada pessoa ter capacidade de estar presente na sua própria vida, e não vivê-la em part- time. É possível trabalhar menos horas e produzir mais e melhor, e isso é necessário para uma vida digna.

> **HABITAR O NOSSO TEMPO É CADA PESSOA TER CAPACIDADE DE ESTAR PRESENTE NA SUA PRÓPRIA VIDA, E NÃO VIVÊ-LA EM PARTTIME.**

É possível um sistema de ensino renovado, preocupdo com o bem-estar de quem o frequenta e nele deposita as suas expectativas: um ensino que valorize o trabalho em aula, a oralidade e a oratória, e a capacidade de conjugar a pesquisa digital com a escrita e o pensamento criativo, dando a cada estudante tempo para a sua vida privada, para as artes, para a cidadania e para a sua saúde.

Precisamos de uma economia que use as novas formas de automação e a inteligência artificial para poupar tempo aos trabalhadores e devolvê-lo às suas vidas. O teletrabalho e o trabalho digital são realidades inevitáveis. Perante isso, temos de tornar efetivo o direito a desligar, separando a vida profissional da vida privada e combatendo os abusos laborais.

Em média, uma consulta de psicologia em Portugal custa 55 euros. Enquanto o SNS não tiver verdadeira capacidade de resposta à procura de consultas de psicologia e de psiquiatria, sobretudo nos cuidados de saúde primários, haverá profundas desigualdades no acesso à saúde, consoante a carteira e o código postal de cada um.

2.2. WHERE IS MY MIND?

PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

Em média, uma consulta de psicologia em Portugal custa 55 euros. Enquanto o SNS não tiver verdadeira capacidade de resposta à procura de consultas de psicologia e de psiquiatria, sobretudo nos cuidados de saúde primários, haverá profundas desigualdades no acesso à saúde, consoante a carteira e o código postal de cada um.

55 € **custo médio de uma consulta de psicologia em Portugal**

Sem salário e teto, sem socialização e comunidade, sem tempo livre e acesso à cultura, sem cuidados e sem acesso regular ao ar livre, não haverá uma sociedade com verdadeira saúde mental. É por isso que a JS lança o programa «Where is my mind?», que junta uma campanha nacional da própria Juventude Socialista a um conjunto de propostas de política pública, apresentadas no capítulo seguinte.

2.3. ECONOMIA, FISCALIDADE E AMBIENTE

Quando olhamos para a democracia como ferramenta de transformação, devemos vê-la não só como o caminho, mas também como o espaço onde a verdadeira transformação acontece. Em 2026, a evolução da economia portuguesa para uma economia dinâmica, inovadora e de elevado valor acrescentado é evidente. É imprescindível, no entanto, que esse processo seja dirigido e subordinado ao interesse público. Só assim será possível construir um mercado regulado, que recompense a iniciativa sem legitimar a exploração de quem trabalha, e uma economia capaz de financiar um Estado social robusto, que garanta a igualdade de oportunidades, a segurança nas diferentes fases da vida e a liberdade de quem trabalha.

Uma fiscalidade progressiva, que alivie o trabalho e penalize o enriquecimento injustificado produzido por sistemas viciados a favor dos grandes grupos económicos e dos detentores de grandes fortunas, é condição de uma economia verdadeiramente democrática e o meio de financiar os serviços públicos. Paralelamente, o desenvolvimento socioeconómico do país não pode deixar para trás uma transição climática que crie empregos qualificados, reduza a dependência energética e melhore a qualidade de vida dos trabalhadores, dos territórios e das comunidades.

Uma resposta socialista para o nosso tempo tem de assentar numa plataforma de justiça económica, responsabilidade ambiental e liberdade em todos os setores da sociedade, seja ela económica, política ou cultural. Não podemos ser obrigados a escolher entre prosperidade e igualdade, ou entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Os dados mostram que, por pessoa,

x2 capital produzido

+13% capital humano

-40% capital natural

ESTE PADRÃO DE HERANÇA DEIXARÁ AS GERAÇÕES FUTURAS NUMA SITUAÇÃO MELHOR?

Uma economia socialista entregará sempre um projeto de progresso sem deixar ninguém para trás, garantindo às gerações de amanhã um futuro e não uma inevitabilidade de pobreza.

2.4. DESBUROCRATIZAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REFORMA DA JUSTIÇA

O Estado serve para garantir a liberdade a todos os cidadãos e assegurar a base para que concretizem as suas ambições, vontades e projetos. Para isso, tem de cumprir algo difícil: ser eficiente.

Não aceitamos o rótulo de que ser de esquerda, apoiar a regulação e a intervenção do Estado na economia e na vida das pessoas signifique necessariamente burocracia infinita, restrições permanentes e um labirinto legal. Queremos pensar e reformar o Estado e a justiça, como os programas Simplex fizeram no passado. A inteligência artificial é a principal ferramenta para concretizar esses objetivos e melhorar a eficiência dos serviços públicos, mas é também um perigo enorme quando falta controlo e regulação.

É fundamental saber usar a inteligência artificial para facilitar a análise de dados, o combate à fraude e a investigação, garantindo sempre que a decisão final é humana. É igualmente relevante renovar o ensino, as suas formas de trabalho e de avaliação, para enfrentar os desafios do mundo moderno com o rigor académico necessário para produzir conhecimento e capital humano. Também nas empresas e no mundo laboral, temos de diminuir os impactos da introdução da automação e da IA na vida dos trabalhadores e nos seus postos de trabalho, garantindo formação ao longo da vida que permita novas oportunidades.

> **"USAR A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (...) GARANTINDO SEMPRE QUE A DECISÃO FINAL É HUMANA.**

2.5. LIBERDADE, IGUALDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Defender as conquistas de Abril e a estabilidade democrática europeia contra as tentativas de oligarquia, reacionarismo e a barbárie é uma tarefa permanente. Num tempo em que direitos que julgávamos adquiridos voltam a ser postos em causa, dentro e fora de Portugal, a JS recusa limitar-se a resistir ao retroceso. Queremos conquistar novos direitos e dar mais força jurídica aos que já existem. A manutenção de direitos como uma parte importante da nossa ação política, mas também a vontade de garantir novos direitos fundamentais, porque

> **O PROGESSO SÓ EXISTE ONDE HÁ MOVIMENTO.**

A esquerda democrática está demasiado refém do discurso de preservação de direitos, de manutenção, das garantias passadas. Esquecemo-nos que isso é dar uma vitória prévia à direita, ao reacionarismo e ao conservadorismo, convencendo a sociedade que é legítimo acrescentar permanentemente deveres sem acrescentar direitos.

Só garantimos que a constituição de Abril e os seus frutos continuem a ser valorizados, avançando para novos direitos, para novas conquistas sociais em matéria de direitos, liberdades e garantias.

A igualdade não pode continuar a ser tema de debate, temos de garantir que se transforma em matéria de direito e de aplicação diária na nossa sociedade. O Estado tem de dar o exemplo nisso mesmo, assim como garantir que as empresas e as organizações cumprem o mesmo desígnio.

Este eixo assume três prioridades: dar proteção constitucional ao acesso à interrupção voluntária da gravidez, alinhar plenamente o direito penal com a Convenção de Istambul em matéria de consentimento e transformar a igualdade salarial entre mulheres e homens num dever com consequências fiscais.

“

A JS RECUSA LIMITAR-SE A RESISTIR AO RETROCESSO. QUEREMOS CONQUISTAR NOVOS DIREITOS E DAR MAIS FORÇA JURÍDICA AOS QUE JÁ EXISTEM.

LIBERDADE, IGUALDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS

HaBitar
O nosso
TeMPO
Sofia Pereira

COMPROMISSOS PARA

HABITAR O NOSSO TEMPO

EIXO 1

CUSTO DE VIDA

As propostas deste eixo partem de uma mesma constatação: o custo de vida dos jovens é, antes de tudo, o custo de ter casa. Por isso começam pela habitação e atuam em três frentes complementares. Do lado da oferta, o agravamento do IMI devolve ao mercado as casas vazias. Do lado da especulação, o IMT agravado desincentiva a acumulação de imóveis como ativo financeiro. Do lado do território, os pacotes para viver no interior aliviam a pressão sobre os grandes centros e dão aos jovens a possibilidade de construir a vida onde cresceram. O passe nacional de mobilidade jovem torna essa escolha possível, ligando o interior ao litoral e reduzindo uma das despesas fixas mais pesadas. As mercearias públicas e o observatório dos combustíveis completam o retrato, atuando sobre os bens de que ninguém pode prescindir. O objetivo é um só: mais rendimento disponível ao fim do mês.

EIXO 1
CUSTO DE VIDA

1.1 Fazer da habitação um desígnio nacional e elevar o parque público a 600 mil casas em dez anos

Portugal precisa de construir mais casas que as pessoas possam pagar. Propomos que, ao fim de dez anos, o parque público de habitação chegue às 600 mil casas, cerca de 10% do parque habitacional do país. É esta a escala de que precisamos para que a habitação pública seja uma opção real para quem trabalha e não encontra uma casa com uma renda que caiba no seu salário.

Criar o Serviço Nacional de Saúde e levar a escola pública a todo o país exigiu anos de investimento e uma decisão política que atravessou governos. São duas das maiores conquistas que fizemos enquanto comunidade. A habitação exige hoje a mesma determinação. A Suécia mostrou, com o Million Programme, que é possível mobilizar um país para construir um milhão de casas numa década. É essa capacidade de planear, financiar e construir ao longo de dez anos que Portugal precisa de assumir.

Propomos um programa nacional de construção de habitação pública, com metas anuais e financiamento plurianual inscrito no Orçamento do Estado, complementado por fundos europeus e pela reafetação de verbas públicas à habitação. O Estado e os municípios devem identificar desde o início os terrenos, os projetos e o calendário das obras, dando prioridade às zonas onde é mais difícil encontrar casa a preços acessíveis e cidades mais pressionadas.

A experiência austríaca mostra também o que as cooperativas podem fazer para alargar a oferta de habitação acessível. Propomos disponibilizar terrenos públicos em direito de superfície e criar condições de financiamento a longo prazo para que as cooperativas possam construir e manter rendas acessíveis ao longo do tempo.

600 mil — **casas públicas em 10 anos: meta de 10% do parque público habitacional**

1.2 IMI agravado para casas vazias

x12 — **agravamento máximo do IMI sobre casas devolutas**

Agravar progressivamente o IMI dos imóveis devolutos, até doze vezes, em função dos anos de não utilização e da pressão urbanística da zona. O objetivo é devolver ao mercado habitacional milhares de fogos que hoje não são utilizados.

1.3 IMT agravado para a compra especulativa

Agravar progressivamente o IMT a partir da terceira aquisição de habitação, e de novo a cada aquisição seguinte, por parte do mesmo comprador. As casas são para habitar e não para especular.

EIXO 1
CUSTO DE VIDA

1.4 VIVER NO INTERIOR

Financiar pacotes municipais integrados de atração de residentes, em parceria com as autarquias, que combinem habitação pública a renda acessível com acesso gratuito a espaços municipais de coworking, para atrair trabalhadores remotos e qualificados para fora dos grandes centros urbanos.

Os jovens e as famílias que transfiram a residência fiscal para territórios de baixa densidade recebem um subsídio temporário de apoio à renda durante três anos. Alarga-se ainda a isenção de IMT e o desconto de IRS na aquisição de habitação própria e permanente em concelhos do interior.

1.5 PASSE NACIONAL DE MOBILIDADE JOVEM

0€

passe nacional de mobilidade gratuito até aos 24 anos

Criar um passe nacional de mobilidade jovem, multiserviços, gratuito até aos 24 anos. A partir dessa idade e até aos 35 anos, aplica-se uma redução tarifária progressiva em função dos rendimentos, com um teto anual de viagens em cada meio de transporte.

1.6 MERCEARIAS PÚBLICAS E COOPERATIVAS

Lançar um projeto-piloto de mercearias públicas e cooperativas, em autarquias aderentes, que comprem diretamente a produtores locais e reduzam custos de contexto e de transporte. A base são os mercados municipais e os comerciantes aderentes, como alternativa mais sustentável e mais barata às grandes superfícies.

Para estimular a procura numa fase inicial, a administração pública, as associações patronais e os sindicatos negoceiam um período mensal, dentro do horário de trabalho, em que os trabalhadores de cada empresa ou organismo podem fazer ali as suas compras.

1.7 OBSERVATÓRIO DO PREÇO JUSTO DOS COMBUSTÍVEIS

Criar um observatório que identifique situações de margens excessivas na venda de combustíveis. Sempre que a diferença média ultrapasse o limite definido durante períodos prolongados, são acionados automaticamente mecanismos de compensação, direcionados e temporários, que limitam a diferença média dos preços face a um grupo de controlo a um máximo de 5%.

EIXO 2

WHERE IS MY MIND?

PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

Este eixo segue o percurso de quem precisa de ajuda. A campanha nacional abre a conversa e combate o estigma, para que pedir apoio deixe de ser um tabu. Quem procura ajuda tem de a encontrar perto de si: é esse o papel dos gabinetes municipais de saúde mental e dos psicólogos nos cuidados de saúde primários, que garantem uma resposta pública próxima e independente da carteira de cada um. A prevenção do burnout no ensino superior e a semana de quatro dias atuam a montante, sobre as causas, devolvendo tempo e equilíbrio a estudantes e trabalhadores. Sensibilizar, responder e prevenir são três momentos de uma mesma política: cuidar da saúde mental antes de ela se tornar uma urgência.

EIXO 2

WHERE IS MY MIND?

PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

2.1 CAMPANHA NACIONAL "WHERE IS MY MIND?"

A Juventude Socialista lança uma grande campanha nacional de sensibilização para a saúde mental, inspirada em «Where Is My Mind?», dos Pixies. A pergunta da canção é a pergunta que muitos jovens fazem a si próprios. É a partir dela que a campanha fala abertamente das causas do sofrimento psicológico: a precariedade, a falta de casa, a pressão académica e laboral, o isolamento e uma vida cada vez mais mediada pelos algoritmos.

A campanha tem três objetivos: quebrar o estigma, afirmar que pedir ajuda é um sinal de força e mostrar a importância do apoio e do acompanhamento psicológico. Mobiliza todas as federações e concelhias, com ações nas escolas, no ensino superior, nas redes sociais e nos espaços de juventude, em articulação com associações de estudantes, associações juvenis e profissionais de psicologia.

A sensibilização é o primeiro passo. A campanha assume que o acesso a cuidados de saúde mental exige respostas públicas concretas, e dá voz às propostas deste eixo: gabinetes municipais de saúde mental, psicólogos nos cuidados de saúde primários, prevenção do burnout no ensino superior e a semana de quatro dias.

2.2 Gabinetes municipais de saúde mental

Criar uma linha de financiamento nacional para a instalação de gabinetes municipais de saúde mental, que complementem e reforcem o acesso a psicólogos e psiquiatras. Na contratação, dá-se prioridade a recém-licenciados e a profissionais locais e residentes. Nas localidades com instituições de ensino superior, envolvem-se estudantes em fase final de formação na prestação destes serviços.

2.3 Psicólogos nos cuidados de saúde primários

Tornar prioritária a contratação de psicólogos para os cuidados de saúde primários das Unidades Locais de Saúde. O SNS precisa de um reforço generalizado nesta área, mas a primeira linha de resposta deve estar nos cuidados de saúde primários.

2.4 Prevenção do burnout no ensino superior

Obrigar as instituições de ensino superior a ter um projeto de prevenção do burnout académico e dos problemas de saúde mental. As instituições bem-sucedidas na sua execução beneficiam no financiamento, passando a resposta à saúde mental a ser um critério relevante na sua atribuição.

2.5 SEMANA DE 4 DIAS

¼ dos trabalhadores com semana de quatro dias até 2035

Alcançar, até 2035, pelo menos um quarto dos trabalhadores abrangidos pela semana de trabalho de quatro dias. Os projetos-piloto internacionais, a par dos projetos-piloto no setor privado no continente e na administração pública nos Açores, demonstraram ganhos de produtividade, redução do absentismo, maior conciliação entre a vida pessoal e profissional e melhorias na saúde mental dos trabalhadores.

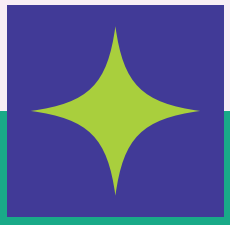
Portugal pode liderar e acelerar esta transformação através de incentivos fiscais às empresas que adiram a este modelo sem ajustamentos salariais, com avaliação permanente dos resultados pelo Conselho Económico e Social e pela Assembleia da República.

CAMPANHA NACIONAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA

WHERE IS MY MIND?

Quebrar o estigma, afirmar que pedir ajuda é um sinal de força e mostrar a importância do apoio e do acompanhamento psicológico.

EIXO 3



ECONOMIA, FISCALIDADE E AMBIENTE

As propostas deste eixo formam um circuito. Do lado da receita, a Contribuição Gatsby, o imposto sobre as grandes heranças, o englobamento dos grandes rendimentos de capital e a tributação da saída fiscal pedem mais a quem acumula grandes patrimónios, sem tocar na generalidade das famílias. Essa receita tem destino definido: compensar o desagravamento progressivo do IRS sobre o trabalho e alimentar o Fundo para as Novas Gerações, que financia a Herança Básica Universal e a habitação acessível. Do lado da produção, o programa de cadeias de valor, o incentivo fiscal aos salários jovens, o fundo de capital dos trabalhadores e o regresso da diáspora apostam numa economia de maior valor acrescentado, com melhores salários e com os trabalhadores a partilhar os ganhos que ajudam a criar. O mecanismo para o preço da energia liga a transição climática ao custo de vida e à competitividade. Tributar a riqueza acumulada, aliviar o trabalho e investir no futuro: é este o equilíbrio que propomos.

EIXO 3

ECONOMIA, FISCALIDADE E AMBIENTE

3.1 Contribuição Gatsby e Fundo para as Novas Gerações

Criar a Contribuição Gatsby, uma contribuição anual progressiva sobre patrimónios líquidos superiores a 10 milhões de euros, com taxas de partida de 1%, 2% e 3% (acima de 10, 50 e 100 milhões de euros, respetivamente). Garante-se o crédito do AIMI e dos impostos já pagos sobre o património imobiliário. Quem tem a riqueza concentrada em empresas pode pagar de forma diferida, ao longo de dez anos, ou em ações, com um limite à carga conjunta com o IRS.

1%	2%	3%
acima de 10 M€	acima de 50 M€	acima de 100 M€

A receita compensa, em primeiro lugar, a perda de receita resultante do desagravamento progressivo do IRS sobre o trabalho (proposta 3.2). O remanescente é consignado a um Fundo para as Novas Gerações: uma entidade pública independente, com administração nomeada por maioria qualificada após audição parlamentar, contas públicas anuais, auditoria do Tribunal de Contas e avaliação independente de impacto. O Fundo financia, em ciclos de cinco anos, políticas com impacto intergeracional, destinando pelo menos metade da receita à habitação acessível e cooperativa, à Herança Básica Universal e à sustentabilidade da Segurança Social. O Fundo não pode financiar despesa corrente.

3.2 Desagravamento Progressivo do IRS sobre o Trabalho

-30% de IRS sobre rendimentosdo trabalho até 75 mil € por ano

Reduzir em 30% o IRS sobre os rendimentos do trabalho até 75 mil euros anuais. Baixar em 30% o IRS pago por quem tem rendimentos do trabalho até 75 mil euros brutos por ano, seja por conta de outrem ou por conta própria. A revisão dos escalões e dos créditos fiscais deve aliviar proporcionalmente mais os rendimentos mais baixos e garantir que um aumento salarial não leva à perda súbita do benefício. Quem ganha tão pouco que já não paga IRS deve poder receber o apoio através de um crédito fiscal reembolsável.

A redução será feita por fases e financiada por uma tributação mais progressiva dos grandes patrimónios, das grandes heranças, dos rendimentos elevados de capital e dos ganhos associados à automação. Em cada fase, será avaliado o impacto da reforma nas receitas públicas, para garantir o financiamento dos serviços públicos e a sustentabilidade da Segurança Social.

3.3 HERANÇA BÁSICA UNIVERSAL

5000 €

de Herança Básica Universal para cada jovem aos 18 anos

Atribuir a cada jovem, aos 18 anos, uma dotação de capital (de partida, 5000 euros), utilizável apenas na entrada para habitação ou em quota de cooperativa de habitação, em formação ou na criação do próprio negócio. A dotação é reforçada para jovens de agregados familiares com menores rendimentos.

3.4 OS TRABALHADORES COMO ACIONISTAS

Nas empresas com mais de 100 trabalhadores, destinar 10% dos lucros distribuídos a um fundo de capital gerido pelos trabalhadores, através da comissão de trabalhadores, com aplicação faseada até 2030. A empresa entrega ações e não um prémio em dinheiro. O fundo tem direito de voto e a dividendos (com um teto anual por trabalhador) e assento nos órgãos sociais a partir de 5% do capital, em articulação com a cogestão. Ficam isentas as cooperativas e as empresas já participadas pelos trabalhadores.

O aumento da produtividade deve beneficiar os trabalhadores, que verdadeiramente criam riqueza, e não apenas os acionistas.

3.5 IMPOSTO SUCESSÓRIO SOBRE AS GRANDES HERANÇAS

Tributar progressivamente as heranças e doações a cônjuges e descendentes acima de 2,5 milhão de euros por beneficiário (de partida, 10% até 5 milhões e 20% acima desse valor), mantendo isenta a generalidade das famílias e a habitação permanente. As empresas familiares podem diferir o pagamento enquanto mantiverem a atividade e o emprego. Hoje, a herança de pais para filhos é isenta, seja qual for o valor, enquanto um sobrinho que herda de um tio paga 10%.

3.6 RENDIMENTOS DE CAPITAL TRIBUTADOS COMO O TRABALHO

Aproximar a tributação dos grandes rendimentos de capital da dos salários, através do englobamento obrigatório de dividendos, juros e mais-valias acima de um limiar anual elevado e de uma taxa efetiva mínima de 30% sobre o rendimento total acima de 500 mil euros por ano. A pequena poupança mantém a taxa autónoma de 28% e os benefícios à detenção de longo prazo. Hoje, um dividendo de milhões paga 28%, e um salário no topo paga uma taxa marginal de até 48%.

28%

paga hoje um dividendo de milhões

48%

taxa marginal de um salário de topo

3.7 FIM DA SAÍDA FISCAL SEM CUSTOS PARA OS GRANDES PATRIMÓNIOS

Tributar as mais-valias latentes de quem tem património acima de 10 milhões de euros e muda a residência fiscal para fora de Portugal, com diferimento dentro da União Europeia e do Espaço Económico Europeu, como o direito europeu exige. Obrigar à declaração anual de patrimónios acima de 5 milhões de euros, com cruzamento de dados e troca internacional de informação, em articulação com um registo público de ativos, e avaliar publicamente o

custo e o benefício dos regimes especiais de residência fiscal para altos rendimentos.

3.8 Salários jovens com incentivo fiscal

Conceder uma majoração de 150% em IRC sobre os aumentos salariais permanentes atribuídos a trabalhadores até aos 35 anos. As empresas que garantam aumentos salariais reais, acima da inflação, e progressões efetivas na carreira beneficiam de deduções acrescidas. O objetivo é alinhar os incentivos fiscais com a retenção de talento e combater a emigração jovem.

3.9 Programa Nacional de Desenvolvimento de Cadeias de Valor

Lançar um programa de investimento produtivo a dez anos para completar cadeias de produção em Portugal. A partir das prioridades de especialização já definidas em cada região, concentra-se o investimento nas etapas que faltam, com contratos de investimento ecompromissos de aquisição entre empresas âncora e fornecedores nacionais, para instalar no país etapas de produção hoje asseguradas no estrangeiro.

Até 2028, o Governo, com as CCDR e as autarquias, identifica 15 cadeias de valor com potencial de crescimento, quantificando as matérias-primas, componentes, equipamentos e serviços que Portugal importa e poderia produzir de forma competitiva. Para cada cadeia é lançado um concurso de desenvolvimento produtivo, no qual médias e grandes empresas, incluindo o investimento estrangeiro já instalado, identificam as suas necessidades de fornecimento e apresentam planos de integração de PME nacionais, discutidos com os parques tecnológicos e empresariais regionais e com as organizações representativas do tecido económico.

Cada projeto apresenta compromissos comerciais, metas de produtividade e um plano de qualificação tecnológica. O Estado cofinancia até 50% dos investimentos elegíveis em diagnóstico, modernização tecnológica, certificação e desenvolvimento de fornecedores, privilegiando projetos com maior investimento privado, potencial exportador e coesão territorial. Inspirado no modelo chileno de desenvolvimento de fornecedores, o programa tem como meta, até 2036, desenvolver 15 cadeias de valor e integrar pelo menos 150 PME em novas relações de fornecimento, para competir em mercados de maior valor acrescentado, com salários mais altos e capacidade de reter talento.

3.10 Regresso de 100 mil jovens qualificados da diáspora

100 mil

jovens qualificados da diáspora de regresso até 2035

Atrair, até 2035, 100 mil jovens qualificados da diáspora. Durante três anos, o Estado comparticipa parte do salário de quem regresse para trabalhar em áreas necessitadas ou estratégicas, como a saúde, a educação, os semicondutores, a biotecnologia, a defesa, a energia ou a indústria avançada. A comparticipação é superior no interior do país e depende de uma permanência mínima de dez anos em Portugal.

3.11 Mecanismo permanente para o preço da energia

Portugal deve defender, no plano europeu, um regime permanente que desacople o preço da eletricidade dos choques especulativos nos mercados energéticos, face ao atual modelo marginalista de formação de preços. Associar este mecanismo às energias renováveis ajuda a reduzir o preço da energia, a reduzir a volatilidade, a proteger as famílias e a aumentar a competitividade das empresas.

3.12 Redistribuição da riqueza produzida pelas energias renováveis às comunidades

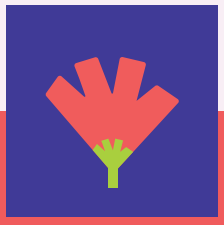
Portugal tem condições para continuar a liderar a transição energética, o investimento nas renováveis permite reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, combater as alterações climáticas e também criar riqueza. Os territórios que acolhem grandes parques solares e eólicos disponibilizam solo, veem a sua paisagem mudar e assumem uma parte importante desse esforço. Devem, por isso, receber uma parte justa dos benefícios económicos da energia que ali se produz.

Dar aos municípios participação nos novos grandes projetos renováveis. Os municípios devem ter o direito de adquirir até 10% do capital dos projetos instalados no seu território. Um mecanismo nacional deve estabelecer as condições de aquisição e financiamento dessa participação, permitindo aos municípios beneficiar diretamente dos resultados económicos dos projetos.

Garantir que as receitas fiscais chegam aos municípios onde a energia é produzida. Clarificar a tributação dos parques solares e eólicos em sede de IMI e tornar automática e transparente a repartição territorial da derrama, para que os mu-nicípios que acolhem estes projetos recebam a parte da receita que lhes é devida.

Criar uma contribuição comunitária anual. Fixar um valor de referência de 2 euros por MWh produzido pelos grandes parques renováveis. A receita deve financiar projetos de interesse local, ajudar a baixar os custos de energia das famílias e combater a pobreza energética, em articulação com as contrapartidas já previstas na lei.

EIXO 4



DESBUROCRATIZAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REFORMA DA JUSTIÇA

A inteligência artificial e a transformação digital atravessam este eixo nas suas duas faces. Como ferramenta, permitem um Estado mais eficaz: serviços públicos que comunicam entre si, deteção do arrendamento ilegal e associações juvenis constituídas sem burocracia nem custos à partida. Como risco, exigem regras: a transição justa na automação, a conta individual de formação e o Fundo de Transição Tecnológica asseguram que os ganhos da tecnologia não são pagos pelos trabalhadores, e a reforma do ensino superior prepara os estudantes para pensar, argumentar e criar num mundo com inteligência artificial. A justiça segue o mesmo princípio de proximidade, com salas de audição que protegem as crianças e os jovens vítimas de crimes. Por fim, o Conselho para as Gerações Futuras, o objetivo de produtividade, pedem ao Estado aquilo que ele pede aos cidadãos: que preste contas, que avalie o que faz e que valorize quem nele trabalha.

EIXO 4

DESBUROCRATIZAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REFORMA DA JUSTIÇA

4.1 Inteligência artificial contra o arrendamento ilegal

60%

dos inquilinos vivem com contratos não registados ou não vigentes

Segundo a Autoridade Tributária, cerca de 60% dos inquilinos em Portugal vivem em casas com contratos de arrendamento não registados ou não vigentes. Propomos usar a inteligência artificial para detetar o arrendamento ilegal, através do cruzamento de dados de consumo de gás, eletricidade e água dos imóveis, com alerta automático à Autoridade Tributária. Garante-se sempre a verificação humana e o direito dos proprietários a contestar a avaliação.

4.2 Transição justa na automação

As grandes empresas que pretendam introduzir automação ou inteligência artificial que substitua ou reorganize postos de trabalho de forma relevante ficam obrigadas a abrir uma negociação coletiva com os representantes dos trabalhadores e a apresentar um plano de requalificação.

5000 €

acumuláveis na conta individual de formação (500 € por ano)

Para todos os trabalhadores, cria-se uma conta individual de formação, com um crédito anual de 500 euros acumulável até 5000 euros. Inspirada nos modelosfrancês e singapurense, esta conta financia a requalificação profissional ao longo da vida, em especial perante os impactos da inteligência artificial e da automação.

4.3 Criar um imposto especial sobre a automação e a inteligência artificial

A revolução tecnológica está a transformar profundamente a economia. A robotização, a automação e a inteligência artificial permitem aumentar a produtividade, reduzir custos e substituir tarefas até agora desempenhadas por trabalhadores. Mas colocam também um desafio ao financiamento do Estado Social, que continua profundamente dependente das contribuições sobre os salários.

Não podemos aceitar que o progresso tecnológico permita às grandes empresas produzir cada vez mais riqueza e, simultaneamente, reduzir a sua contribuição para a proteção social através da substituição de trabalho humano.

Propomos a criação de um imposto especial sobre a automação, aplicado exclusivamente às grandes empresas, incidente sobre a aquisição, licenciamento, aluguer ou contratação de equipamentos robóticos, sistemas de automação e soluções de inteligência artificial com capacidade para executar autonomamente tarefas profissionais habitualmente desempenhadas por trabalhadores. O imposto terá uma taxa inicial proposta de 3%, incidente sobre o valor das aquisições e contratações abrangidas. As micro, pequenas e médias empresas ficam isentas deste imposto, protegendo a sua capacidade de investimento, modernização e adaptação tecnológica.

A receita será consignada à SS e a um fundo de transição tecnológica, destinado à formação e reconversão profissional dos trabalhadores afetados pela automação, assegurando que o progresso tecnológico contribui para a sustentabilidade dos direitos sociais. As máquinas não descontam para a Segurança Social. Mas a riqueza que ajudam a produzir deve continuar a financiá-la.

"

AS MÁQUINAS NÃO DESCONTAM PARA A SEGURANÇA SOCIAL.

MAS A RIQUEZA QUE AJUDAM A PRODUZIR DEVE CONTINUAR A FINANCIÁ-LA.

4.4 Fundo de Transição Tecnológica

Criar uma contribuição sobre os ganhos extraordinários de produtividade obtidos através da automação intensiva. Parte da riqueza criada pela inteligência artificial é canalizada para um Fundo de Transição Tecnológica, que financia a formação de trabalhadores, a reconversão profissional e o empreendedorismo em setores críticos.

4.5 Ensino Superior na era da Inteligência Artificial

Reformular os métodos de ensino e de avaliação nos cursos de ciências sociais e humanas do ensino superior, substituindo trabalhos feitos em casa por trabalhos individuais e de grupo em aula, e valorizando a argumentação, a apresentação oral e a capacidade de integrar a pesquisa digital com a escrita criativa em papers e ensaios científicos. Promover métodos pedagógicos de maior proximidade entre estudante e professor, com interação constante entre exposição, aprendizagem e trabalho autónomo.

4.6 Carteira de Documentos Digital

Criar uma plataforma digital de interoperabilidade dos serviços públicos, com autorização dos cidadãos, integrando os sistemas de informação da Segurança Social, da saúde, das finanças, da justiça e do emprego. A informação passa a circular entre organismos públicos, reduzindo drasticamente a burocracia e o tempo despendido pelos cidadãos.

4.7 Associações Juvenis sem custos à partida

Mudar o processo de constituição de associações juvenis. No momento da constituição, a associação indica que pretende

ser reconhecida como associação juvenil, e a entidade que realiza a constituição envia diretamente ao IPDJ a documentação necessária, sem que os representantes a tenham de submeter de novo.

O pagamento dos 300 euros deixa de ser exigido à partida. Como o IPDJ verifica os requisitos logo no início, deixa de ser necessária a caução e a sua posterior devolução. Se a associação cumprir os critérios do Registo Nacional do Associativismo Jovem, é constituída e reconhecida como associação juvenil sem qualquer custo. Se não os cumprir e quiser, ainda assim, ser constituída sob outra forma associativa, paga os 300 euros, para que a liberdade de associação não fique dependente de requisitos formais. Os representantes recebem um relatório com as falhas identificadas e podem corrigi-las e voltar a pedir o reconhecimento, sem pagamento inicial, caso não tenham optado por outra forma associativa.

Esta alteração reduz a burocracia, elimina uma barreira financeira que afeta sobretudo os grupos mais jovens e menos apoiados e permite que as associações juvenis comecem a trabalhar, com o devido reconhecimento jurídico, desde o primeiro dia.

4.8 Salas de audição de crianças e jovens nas 23 comarcas

Garantir, até 2028, a instalação e o pleno funcionamento de salas de audição especializada em todas as 23 comarcas do país, incluindo as regiões autónomas e o interior, destinadas à tomada de declarações para memória futura de crianças e jovens vítimas de violência doméstica, crimes sexuais ou maus-tratos, evitando a revitimização pela repetição de depoimentos.

23 **comarcas com salas de audição especializada até 2028**

Nos tribunais sem espaço disponível, a medida é executada através de protocolos com autarquias e entidades locais para a cedência de espaços reservados, equipados com gravação áudio e vídeo de alta definição em circuito fechado e manutenção técnica permanente. O acompanhamento é assegurado antes, durante e depois da diligência por equipas multidisciplinares reforçadas, com psicólogos forenses e técnicos de apoio à vítima, em articulação com o Centro de Estudos Judiciários na formação específica dos magistrados.

4.9 Duplicar a produtividade na administração pública até 2035

Duplicar a produtividade por hora trabalhada e reduzir custos na administração pública até 2035, mobilizando investimento em inovação, digitalização, interoperabilidade, formação avançada e novos modelos de organização do trabalho. Os ganhos de produtividade são condição essencial para financiar o Estado social.

EIXO 5

LIBERDADE, IGUALDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS

As três propostas deste eixo partilham um objetivo: transformar direitos proclamados em direitos efetivos. A proteção constitucional da interrupção voluntária da gravidez defende a autonomia das mulheres contra qualquer retrocesso. A redefinição do consentimento coloca a vontade da vítima no centro do direito penal. O IRC indexado à igualdade salarial faz da igualdade entre mulheres e homens um dever com consequências. Liberdade sobre o próprio corpo, segurança e igualdade no trabalho são três dimensões de uma mesma ideia de cidadania plena.

EIXO 5

LIBERDADE, IGUALDADE
E DIREITOS FUNDAMENTAIS

5.1 PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

Consagrar na Constituição o acesso à interrupção voluntária da gravidez e acabar com o período de reflexão, que traduz apenas paternalismo jurídico do Estado. A proteção constitucional dá uma base jurídica sólida para garantir o acesso a este direito em todo o território nacional, eliminando as discrepâncias e barreiras que hoje existem, e impede que qualquer tentativa de retrocesso civilizacional o possa pôr em causa.

5.2 CONSENTIMENTO NO CENTRO DO CRIME DE VIOLAÇÃO

Redefinir o consentimento no Código Penal, fazendo assentar o crime de violação na ausência de consentimento, em plena conformidade com a Convenção de Istambul. O «não» tem de bastar, sem exigir prova de violência ou de resistência da vítima.

O «NÃO» TEM DE BASTAR.

5.3 IRC INDEXADO À IGUALDADE SALARIAL

Sujeitar as empresas a um índice nacional de igualdade salarial e de acesso a posições de topo, calculado no início de cada ano, com referência ao ano anterior. As empresas com melhor desempenho beneficiam de deduções em IRC, e as persistentemente incumpridoras ficam sujeitas a tributação agravada.

Transpor de forma ambiciosa a Diretiva (UE) 2023/970, sobre transparência salarial, com relatórios obrigatórios por género, intervalos salariais nas ofertas de emprego, direito dos trabalhadores a conhecer os critérios salariais e sanções efetivas.
A contratação pública e os apoios do Estado ficam reservados a empresas que cumpram e corrijam diferenças salariais injustificadas, e o Observatório Nacional para a Igualdade Salarial passa a acompanhar os resultados.

5.4 LICENÇA PARENTAL 5+5

5+5
meses de licença parental, pagos a 100%

São ainda as mulheres que assumem a maior parte dos cuidados nos primeiros meses de vida dos filhos. Essa desigualdade

tem consequências nos seus salários, na progressão na carreira e nas oportunidades de trabalho.

Propomos dez meses de licença parental, cinco para cada progenitor, pagos a 100% da remuneração de referência, até um limite a definir na lei. Os cinco meses serão, em regra, intransmissíveis, com flexibilidade para as famílias organizarem a licença e regras próprias para a monoparentalidade, a adoção e outras situações excecionais. Ao reservar cinco meses para cada progenitor, queremos que os homens tenham condições para assumir a sua parte dos cuidados desde o início e que ter filhos pese menos na vida profissional das mulheres.



Sofia Pereira

Recandidata a Secretária-Geral da Juventude Socialista

PARA HABITAR O NOSSO TEMPO

Através destas propostas restaurar a confiança entre a política e os cidadãos, colocar a economia ao serviço da população e não ao serviço dos interesses de alguns.

Habitar o nosso tempo com uma dose de coragem.

"NÃO HÁ ECONOMIA, NEM MERCADO, NEM POLÍTICA, NEM DEMOCRACIA SEM ESSE CIMENTO DE BASE, A CONFIANÇA. NÃO HÁ PAZ DURADOURA SE A DESCONFIANÇA MINAR AS RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADES, POVOS E NAÇÕES, SE O PACTO SOCIAL FOR ROMPIDO.

JORGE SAMPAIO

HaBitar o nosso TeMPO

Sofia Pereira

MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA 2026-2028

Recandidatura de Sofia Pereira a Secretária Geral da Juventude Socialista